



# Um ano depois, 70% do país recebeu 2ª dose

15% tiveram o reforço e, apesar da resistência do governo federal, foram aplicadas aproximadamente 343 milhões de injeções

» TAINÁ ANDRADE  
» GABRIELA BERNARDES\*

Depois de meses de relutância do governo federal, a enfermeira Mônica Calazans foi a primeira brasileira a receber uma dose da CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, contra a covid-19. Há um ano, em 17 de janeiro de 2021, o país assistiu à aplicação da primeira injeção, em um evento no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, horas depois de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar o uso emergencial do fármaco.

Hoje, o Brasil ofereceu aproximadamente 343 milhões de doses contra a doença. Atualmente, o país se aproxima do patamar de 70% da população vacinada com as duas aplicações, enquanto 15% já receberam o reforço, segundo dados do painel Monitora Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O governo federal, porém, continua ajudando pouco na vacinação. O presidente Jair Bolsonaro faz vários ataques ao imunizante pediátrico que vem sendo dado agora, mas, há um ano, era apologista da cloroquina e da ivermectina como soluções contra a covid-19. Outros personagens do Poder Executivo chegaram a desdenhar da urgência da aplicação das doses. Como o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que durante apresentação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19, em 16 de dezembro de 2020, não pareceu preocupado com a chegada das vacinas e o começo do processo de imunização.

“Para que essa ansiedade, essa angústia?”, indagou. Já ali, o Ministério da Saúde havia ignorado os vários contatos da Pfizer para o oferecimento de vacinas. Isso foi levantado em detalhes pela

Governo de SP/Divulgação



A enfermeira Monica Calazans, com o governador João Doria (SP), vibra depois de receber a primeira dose da CoronaVac



**Para que essa ansiedade, essa angústia?\***

**Eduardo Pazuello, então ministro da Saúde, durante apresentação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19**

CPI da Covid, que trouxe à tona todo o trabalho feito pelo governo contra a vacinação.

Com entraves burocráticos e políticos, que confundiam a população e prejudicavam o desenvolvimento do Plano Nacional

de Imunização (PNI), o processo seguiu avançando de forma gradual. O Brasil atingiu a marca de 100 milhões de pessoas totalmente vacinadas contra a covid-19 em 13 de outubro de 2021. O resultado disso é óbvio: redução na quantidade de casos e mortes pela covid-19. Para o médico infectologista Werciley Júnior, a cobertura vacinal brasileira progrediu e trouxe bons resultados, mas teve falhas.

“As compras de vacina que não foram numa velocidade condizente. Depois, a dificuldade com a importação de insumos, principalmente para produção da vacina do CoronaVac e da AstraZeneca no território brasileiro. Também podemos dizer que, quando a gente fala da capilaridade, nós não atingimos a meta de muitas cidades”, apontou.

## Desigualdade

Isso é o que o painel Monitora Covid-19 descobriu — que existe uma desigualdade na vacinação. O estudo, divulgado em dezembro do ano passado, apontou que o Índice de Desenvolvimento Humano foi fator preponderante para a discrepância na imunização no país. Ou seja: locais com baixo IDH têm taxas de cobertura mais baixas.

“Apenas 16% dos municípios do Brasil apresentam mais de 80% de sua população com o esquema vacinal completo. Em 2020, o processo de chegada e interiorização provocou epidemias distintas no tempo à medida que a doença avançava no território. A falta de dados dos sistemas de vigilância e monitoramento da doença devido a problemas e

instabilidade dos sistemas de informação do Ministério da Saúde impossibilita antecipar, planejar e direcionar intervenções”, diz a nota técnica do estudo.

Mas a luta contra o novo coronavírus não está ganha. Ao contrário: com a chegada da ômicron, percebeu-se que a vacinação, apesar da importância, não é suficiente para evitar o avanço da nova cepa — os especialistas insistem que ainda não é possível abrir mão das máscaras ou ignorar a necessidade de se manter o isolamento social. Na semana epidemiológica entre os dias 2 e 8 de janeiro de 2022, foram registrados 208 mil casos, de acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Nesse período, o país registrou 832 mortes provocadas pela doença.

## Capitais aceleram imunização

Depois do pontapé inicial, na última sexta-feira, com a vacinação do pequeno Davi Xavante, de oito anos, avança no país a imunização de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19. A expectativa é de que a Pfizer entregue até 20 milhões de doses até o fim de março.

O calendário da vacinação pediátrica foi aberta oficialmente em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Goiânia, Porto Velho, Curitiba, Manaus, Maceió, Macapá e Rio Branco. Para hoje, está previsto para começarem as aplicações em Natal e, amanhã, em Porto Alegre. Na quinta-feira, é a vez de Palmas distribuir as doses infantis.

Em outras capitais, a campanha de vacinação começou no final de semana. No último sábado, Florianópolis, Belo Horizonte, Campo Grande, Salvador, São Luís, Fortaleza, Aracaju, Vitória e Recife vacinaram as primeiras crianças contra a covid-19. No domingo, foi a vez das crianças do Distrito Federal e de João Pessoa receberem as doses a que têm direito.

Mas há capitais que estão ficando para trás. É o caso de Teresina e Cuiabá, onde os cadastros foram aberto para os pais inscreverem seus filhos. Porém, da secretarias de Saúde ainda não decidiram o calendário para aplicação.

## Logística ruim

Após problemas causados pela empresa contratada pelo Ministério da Saúde para realizar a entrega de vacinas pediátricas, o senador Humberto Costa (PT-PE) disse que, além de cobrar explicações da pasta sobre o ocorrido, vai acionar o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a chegada dos imunizantes dentro dos prazos.

“Por que uma empresa sem experiência foi contratada, sem licitação, para transportar vacinas? Vamos acionar o TCU e também o STF, para que determine ao governo que garanta a chegada das vacinas nos prazos previstos”, afirmou.

A gestão do ministro Marcelo Queiroga contratou a Intermodal Brasil Logística para o transporte de vacinas pediátricas. Apesar do contrato com o ministério, a empresa não tinha experiência prévia para executar a logística de imunizantes no serviço público.

Os contratos com a empresa, no valor de R\$ 62,2 milhões, foram assinados em dezembro com dispensa de licitação. Estados como Santa Catarina, Pernambuco, Paraná e Paraíba relataram problemas nas entregas. Alguns reclamaram que as doses chegaram com atraso ou em condições inadequadas de armazenamento e transporte. (GC e MEA)

Myke Sena/ MS



A vacina pediátrica contra a covid-19 se difere da destinada aos adultos pela cor laranja

## MP apura erro em aplicação na PB

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou, ontem, que o Ministério Público Federal (MPF) está apurando as razões pelas quais cerca de 40 crianças foram vacinadas contra a covid-19 com imunizante de adulto, e fora da validade, no município de Lucena (PB). Conforme disse, o grupo será acompanhado de perto para averiguar a ocorrência de possíveis efeitos adversos.

“Naturalmente que nós não queremos aqui buscar punição de ninguém, mas claro que precisa ser averiguado para que fatos como esse não voltem a acontecer. Já foi instaurado um processo administrativo para apurar as responsabilidades.

O Ministério Público Federal acompanha o caso”, explicou.

Queiroga afirmou que estava no estado para outras agendas quando tomou conhecimento do fato. O ministro disse que já visitou o município de Lucena, onde foram aplicadas as vacinas, e conversou com o prefeito e as autoridades de saúde locais.

As doses pediátrica e para adultos da Pfizer se diferem, sobretudo, pela cor dos frascos — para as crianças, é laranja, enquanto as aplicadas nos maiores de idade é roxo. A Secretaria de Saúde da Paraíba informou que as crianças vacinadas apresentaram reações leves, como febre e dor no local da injeção.

Sobre a aplicação da CoronaVac pediátrica, o ministro disse que se houver a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o imunizante do Instituto Butantan pode ser incluído no Plano Nacional de Imunização (PNI). E garantiu que não haverá audiência pública para debater o tema. “A questão da audiência pública foi justamente para ampliar a discussão sobre um tema que é sensível. Uma vez havendo aprovação da Anvisa, o ministério vai analisar o inteiro teor dessa aprovação para que essa ou qualquer outra vacina que seja aprovada para qualquer faixa etária seja disponibilizada para população”, explicou.

## Corrida pelo fármaco nacional

» GABRIELA CHABALGOITY\*  
» MARIA EDUARDA ANGELI\*

Em busca de um imunizante contra a covid-19 100% nacional, o Brasil conta com pelo menos 20 projetos que tocam pesquisas para produção de uma vacina. Entre os destaques estão o do Instituto Butantan, que trabalha na Butanvac, e o desenvolvido pela empresa de biotecnologia Farmacore e pela Universidade de São Paulo (USP), que trabalha na Versamure. Além dessas, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) também corre para criar seu próprio fármaco.

Tanto a Butanvac como a Versamure estão nas fases 1 e 2 de testes — a da USP tem previsão de testagem em humanos no próximo mês. Já a vacina da Fiocruz, das três, é a que pode ter IFA (Ingrediente Farmacêutico Ativo) totalmente nacional — conforme liberou a Anvisa, em dia 7 de janeiro, depois de o laboratório da Bio-Manguinhos ter recebido a Certificação de Boas Práticas de Fabricação em maio de 2021. Na última sexta-feira, a fundação iniciou a fase final do processo para produzir o insumo.

A CEO da Farmacore, Helena Faccioli Lopes, explica que houve atraso na produção por conta de uma demora na entrega de material vindo dos Estados Unidos — cerca de seis meses a mais do que o esperado. Ainda assim, ela aposta na obtenção da autorização para uso emergencial até o final do ano.

Além da vacina tradicional, a USP também investe em um imunizante em spray, que está em fase pré-clínica e aguarda o aval da Anvisa para seguir nos testes. O medicamento tem tudo para chegar à população em 2023, visto que o processo foi atrasado pela realização de um estudo toxicológico solicitado pela agência.

## Baixo custo

Outra proposta é a vacina de baixo custo desenvolvida pela Universidade Federal do Ceará (UFCE) com a Fiocruz, a 2H120 Defense. Os estudos das duas instituições asseguraram que 250 doses do imunizante podem chegar a custar apenas R\$ 11. A importação de agentes, porém, tem jogado contra o desenvolvimento do produto.

O Ministério da Saúde afirma ter destinado, até o momento, mais de R\$ 98,5 milhões em recursos para pesquisas relacionadas a vacinas contra o novo coronavírus. O valor, porém, não é o suficiente para cobrir todo o desenvolvimento do imunizante, o que leva os cientistas a se associarem ao setor privado.

A pandemia serviu para mostrar a fragilidade brasileira na questão do desenvolvimento de vacinas, conforme aponta o infectologista Julival Ribeiro. Para ele, um país com tamanha extensão territorial não pode depender de insumos externos. “O governo precisa investir pesadamente na área de tecnologia e, aqui no caso particular, em relação à vacinação. O que falta, na realidade, é uma coordenação nacional em relação a esse tipo de investimento. Além disso, o governo e a iniciativa privada precisam dar prioridade para essa área de alta tecnologia”, salientou.

\*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi